

Índice

| | |
|--|----|
| 2. Comentário dos diretores | |
| 2.1 Condições financeiras e patrimoniais | 1 |
| 2.2 Resultados operacional e financeiro | 15 |
| 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases | 17 |
| 2.4 Efeitos relevantes nas DFs | 20 |
| 2.5 Medições não contábeis | 22 |
| 2.6 Eventos subsequentes as DFs | 27 |
| 2.7 Destinação de resultados | 28 |
| 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs | 30 |
| 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados | 31 |
| 2.10 Planos de negócios | 32 |
| 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional | 35 |
| 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos | |
| 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado | 36 |
| 5.2 Descrição dos controles internos | 42 |
| 5.3 Programa de integridade | 45 |
| 5.4 Alterações significativas | 49 |
| 5.5 Outras informações relevantes | 50 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os Diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com (i) nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como para os períodos de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023 e 2022 e suas respectivas notas explicativas.

Nossas demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem: a legislação societária brasileira, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e nossas informações contábeis intermediárias consolidadas não auditadas foram preparadas de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstração contábil intermediária (Pronunciamento técnico - CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária).

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários ora apresentadas traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, bem como aos períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2023 e 2022.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita líquida para os períodos/exercícios aplicáveis, quando da análise das demonstrações dos resultados.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossa Diretoria revisa regularmente as principais métricas de liquidez e operacionais descritas a seguir para avaliar nossos negócios.

| (em R\$ milhares) | Período de nove meses findo em 30 de setembro de | | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | |
|--------------------------|--|-----------|---|-----------|
| | 2023 | 2022 | 2022 | 2021 |
| Lucro (prejuízo) líquido | 13.031 | (169.531) | 55.275 | (804.313) |
| EBITDA | 142.043 | 139.658 | 393.858 | 33.337 |
| EBITDA Ajustado (1) | 163.041 | 139.658 | 200.441 | 92.902 |

(1) Ajustes para eliminar os efeitos dos seguintes itens: (i) em 2021, houve constituição de provisão de estoques no valor de R\$ 29,1 milhões referente a produtos acabados de coleções passadas e a matérias-primas de itens de giro lento, constituição de provisão para recebíveis de atacado no valor de R\$ 7,4 milhões, constituição de provisões diversas no valor de R\$ 12,4 milhões relacionadas, principalmente, à reestruturação referente ao encerramento e desmobilização de lojas para o ano seguinte e R\$ 10,7 milhões para constituição de provisão para contingências; (ii) em 2022, houve baixas de estoques sendo, majoritariamente, de tecidos com baixo giro no valor de R\$ 7,5 milhões, provisão para devedores duvidosos e despesas jurídicas relativas ao processo de cobrança no valor de R\$ 21,2 milhões, despesas relacionadas, principalmente, ao fechamento e desmobilização de lojas encerradas e adequação da estrutura organizacional no valor de R\$ 11,8 milhões e ganho de capital derivado do aumento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de capital através da conversão parcial das debêntures em ações, alocado na linha de "outras receitas" no valor de R\$ 233,9 milhões; e (iii) em 2023, houve despesa relacionada ao Auto de Infração extraordinário no valor de R\$ 21,0 milhões, detalhado no item 2.4(c).

Além dos ajustes citados acima, temos outros itens que embora não afetem o EBITDA Ajustado, também foram realizados, a saber (i) em 2021, houve reconhecimento de impairment do ágio da aquisição da Dudalina e baixas de intangível e imobilizado no valor de R\$ 558,3 milhões; (ii) em 2022, houve efeito de depreciação acelerada das lojas que serão reformadas em 2023, no valor de R\$ 6,7 milhões, impairment de lojas que serão fechadas em 2023 no valor de R\$ 10,5 milhões e ajuste no resultado financeiro no valor de R\$ 8,4 milhões, decorrente do ganho referente ao valor justo da dívida pós conversão, conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros; e (iii) em 2023, houve amortização acelerada no valor de R\$ 2,4 milhão na linha do ativo intangível de implantação e licença de software, devido à substituição de tecnologia, despesas financeiras relacionadas aos encargos do Auto de Infração extraordinário no valor de R\$ 22,5 milhões, crédito de R\$ 22,6 milhões na linha de Imposto de Renda e Contribuição Social, decorrente de utilização de prejuízo fiscal para pagamento parcial do Auto de Infração previsto no "Programa de Litígio Zero" (lançado pelo governo federal).

| (em R\$ milhares, exceto os índices) | Período de nove meses findo em 30 de setembro de | | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | |
|---|--|-----------|---|-----------|
| | 2023 | 2022 | 2022 | 2021 |
| Patrimônio líquido | 1.028.356 | (697.151) | 935.229 | (527.724) |
| Dívida Bruta ¹ | 141.747 | 1.763.432 | 128.248 | 1.584.937 |
| Dívida Líquida ² | 98.817 | 1.724.238 | 65.256 | 1.538.828 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 42.930 | 39.194 | 62.992 | 46.109 |
| Índice Dívida Líquida/(Dívida Bruta + Patrimônio líquido) | 0,08x | 1,62x | 0,06x | 1,46x |
| Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM | 0,4x | 9,2x | 0,3x | 16,6x |

(1) Soma de Empréstimos e Debêntures Circulante e Não Circulante. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência

(2) Diferença entre Dívida Bruta e Caixa e equivalentes de caixa. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

O ano de 2022 foi um ano transformacional e de suma importância para a história da Companhia, marcando a adequação de sua estrutura de capital, com resultados operacionais consistentes. Esse processo foi realizado por meio da capitalização de quase a totalidade das debêntures no capital social da Companhia. Como resultado desse aumento de capital, a dívida bruta, que totalizava R\$ 1,77 bilhão previamente à operação, foi reduzida em 92,6%, sendo o saldo de R\$ 117 milhões (corrigidos a CDI + 1,1% a.a.) a serem pagos em até 8 anos e R\$ 13 milhões (corrigidos a TR + 1,0% a.a.) em até 18 anos.

Subsequentemente, foi realizado um aumento de capital adicional de R\$ 100 milhões no caixa da Companhia – processo iniciado em dezembro de 2022 e concluído em fevereiro de 2023 –, rebalanceando a estrutura de capital, reduzindo os níveis de alavancagem e melhorando nossos índices de liquidez. Terminamos o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 dentro de patamares equilibrados de alavancagem com uma relação de 0,3x Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, considerando um EBITDA Ajustado de R\$ 200,4 milhões. No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, o EBITDA Ajustado LTM foi de R\$ 223.829 milhões, com uma relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM de 0,4x. Seguimos investindo em tecnologia e desenvolvimento de habilidades dos colaboradores, implementando medidas para aprimorar a eficiência operacional e otimizar despesas em todas as áreas da empresa. A evolução dos nossos processos, a melhor adequação da estrutura organizacional e a qualidade do planejamento comercial e financeiro permitiram que a Companhia crescesse com maior alavancagem operacional, resultando na redução de 1,1 p.p. nas despesas operacionais em relação à receita líquida no ano de 2022 em comparação a 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O aprimoramento do CRM (*Customer Relationship Management*) foi uma das prioridades em 2022. Por meio de ferramentas de análise de dados e de automação de marketing, a Companhia segmentou melhor a base de clientes, personalizando as ofertas e aumentando a taxa de conversão. O resultado dessa estratégia foi o aumento da base ativa de clientes em 7,6% em 2022, a despeito do fechamento de 37 lojas no período, ao mesmo tempo que alcançamos crescimento do *Same Customer Sales* em 13%, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, a Companhia manteve a evolução positiva dos resultados operacionais, combinada com a manutenção de uma estrutura de capital equilibrada. No período, além da continuidade dos avanços na eficiência operacional, nos processos, no desenvolvimento do time, e nas iniciativas de CRM, a Companhia destinou recursos para a reforma de 30 lojas. Através da reforma, é alcançado crescimento de vendas, assim como maior produtividade das lojas, uma vez que a maior parte das reformas visa a readequação da área de vendas ou mudança de localização.

(b) Estrutura de capital

Em 25 de março de 2022, em Assembleia Geral de Debenturistas, foi apresentada proposta, subscrita por debenturistas representando 55,81% do total das Debêntures em Circulação, de conversão dos créditos representados pelas Debêntures em ações de emissão da Companhia, com o objetivo de alcançar o reequilíbrio da estrutura de capital da Companhia. A proposta também contém certas condições mínimas para a referida conversão de debêntures em ações de emissão da Companhia (sem limitar a discussão acerca de outras), a saber: (i) que as Debêntures sejam obrigatoriamente convertidas pelo saldo do seu valor nominal atualizado; (ii) que haja uma quantidade mínima de Debêntures a serem convertidas, e (iii) o preço de emissão das novas ações a serem emitidas pela Companhia no âmbito da conversão dos créditos, e a ser fixado de acordo com a legislação societária, seja limitado à cotação média, ponderada por volume, de negociação das ações da Companhia na B3 nos 120 (cento e vinte) dias anteriores à data desta assembleia, acrescidos de um prêmio de 10% (dez por cento).

Em 18 de agosto de 2022, foi aprovada, em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, uma série de mudanças à 12ª emissão, no âmbito da implementação da operação de capitalização do endividamento financeiro da Companhia representado pelas Debêntures, sendo algumas mudanças com efeito imediato e outros mediante verificação de determinadas condições suspensivas ("Condições Suspensivas"). Como contrapartida a essas deliberações, também foi aprovada pelos acionistas da Companhia a realização de um aumento de capital, o qual foi homologado em 27 de outubro de 2022 no montante de R\$ 1.637.456.175,60 (um bilhão, seiscentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e cinco reais e sessenta centavos), mediante a emissão privada de 779.741.036 (setecentas milhões, setecentas e quarenta e uma e trinta e seis) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) por ação. Do total capitalizado com o aumento de capital, o montante de R\$ 200.000 (duzentos milhões de reais) foi destinado ao capital social da Companhia e o montante de R\$ 1.437.456 (um bilhão, quatrocentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) foi destinado à formação de reserva de capital. As Condições Suspensivas foram verificadas e as mudanças à 12ª emissão entraram em vigor no dia 26 de outubro de 2022. Vide item 2.1 (i) abaixo para mais informações sobre a 12ª Emissão.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ainda, em continuidade ao processo de fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, em 14 de dezembro de 2022 o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) mediante a emissão de 58.823.529 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, ao preço de emissão de R\$ 1,70 (um real e setenta centavos) por ação. O referido aumento de capital foi homologado pelo Conselho de Administração da Companhia, em 8 de fevereiro de 2023, com alteração apenas da quantidade de ações emitidas, que passou a ser de 7.352.941 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, em razão do grupamento de ações que fora deliberado em 10 de janeiro de 2023.

| (em R\$ milhares, exceto %) | Em 30/09/2023 | Em 31/12/2022 | Em 31/12/2021 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) | 656.121 | 656.452 | 2.049.189 |
| Capital próprio (patrimônio líquido) | 1.028.356 | 935.229 | (527.724) |
| Capital total (terceiros + próprio) | 1.684.477 | 1.591.681 | 1.521.465 |
| Parcela de capital de terceiros | 39,0% | 41,2% | 134,6% |
| Parcela de capital próprio | 61,0% | 58,8% | (34,6%) |

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2022 eram de 1,3 e 1,4, respectivamente, e de 1,3 e 1,5 em 30 de setembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 128,2 milhões de empréstimos e financiamentos tomados e, em 30 de setembro de 2023, R\$141,7 milhões. Ainda em 30 de setembro de 2023, não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

A Companhia gerou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 um EBITDA Ajustado de R\$ 200,4 milhões e em 31 de dezembro de 2021 um EBITDA Ajustado de 92,9 milhões. Já no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, o EBITDA Ajustado da Companhia foi de R\$ 163.041 milhões, em comparação a R\$ 139.658 milhões no mesmo período de 30 de setembro de 2022.

A relação Dívida Líquida sobre o EBITDA Ajustado (ou EBITDA Ajustado LTM, conforme aplicável) foi de 0,4x em 30 de setembro de 2023; 0,3x em 31 de dezembro de 2022; 16,8x em 31 de dezembro de 2021; e 46,0x em 31 de dezembro de 2020. A relação entre EBITDA Ajustado (ou EBITDA Ajustado LTM, conforme aplicável) e Dívida Líquida é utilizada para indicar a capacidade de pagamento da Companhia em relação a seus compromissos financeiros.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos dois últimos exercícios sociais e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

operacionais; e (ii) aumentos de capital privados. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios; (ii) desembolso de capital; e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, e quando avaliamos a necessidade de contratar novas linhas financiamento sempre preservamos o perfil de longo prazo da dívida e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes da Companhia foram a sua própria geração de caixa operacional e a adequação da estrutura de capital através conforme detalhado no item (b) acima.

A Diretoria acredita que as ações tomadas para reequilíbrio de sua estrutura de capital, conforme descrito no item 2.1(b) acima, a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos de terceiros por meio de empréstimos e de nova emissão de valores mobiliários de sua emissão, incluindo ações, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes, como expansão orgânica, compra de equipamentos e novas aquisições.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos da Companhia advêm do caixa gerado pelas operações e da adequação da estrutura de capital realizados durante o exercício social de 2022 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, conforme detalhado no item (b) acima.

Para a hipótese de eventuais coberturas de deficiência de liquidez, a Companhia poderá utilizar os mesmos recursos que já utiliza, ou seja, recursos oriundos de sua própria geração de caixa operacional, captação de empréstimos ou valores mobiliários no âmbito do mercado de capitais.

Em linha com sua estratégia e atenta às tendências de mercado, a Companhia avalia com frequência novas oportunidades de investimentos e poderá vir a financiar tais investimentos com o caixa e disponibilidades, com o caixa gerado pelas suas operações, com aporte de capital por parte dos acionistas, com a captação de dívidas ou pela combinação desses métodos.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos na visão consolidada:

| (em R\$ milhares) | Em 30/09/2023 | Em 31/12/2022 | Em 31/12/2021 |
|-------------------|----------------|----------------|------------------|
| Empréstimos | 5.895 | 5.912 | 5.886 |
| Debêntures | 135.852 | 122.336 | 1.579.051 |
| Total | 141.747 | 128.248 | 1.584.937 |

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A dívida da Companhia não estava exposta a variação cambial em dólares dos Estados Unidos.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Debêntures

12ª Emissão de Debêntures:

Diante do notório impacto dos efeitos da pandemia de COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde – OMS sobre toda a economia, em especial sobre o setor de varejo, em 04 de junho de 2020 a Companhia, celebrou um plano de recuperação extrajudicial ("Acordo"), aplicável a todos os seus credores financeiros, o qual foi homologado em 26 de setembro de 2020.

Após a homologação do Acordo, as dívidas financeiras da Companhia seguiram os novos termos e condições acordados e passaram a ser aplicáveis a todos os credores financeiros da Companhia e foram convertidas em debêntures e emitidas nos termos do Plano a saber: (i) oferta pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, a ser realizada pela Companhia, nos termos da ICVM 400, no montante de R\$1.435.953.703,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e três mil e setecentos e três reais) em duas séries, no montante de R\$ 605.599.999,00 para a 1ª Série e R\$ 830.353.704,00 para a 2ª Série ("Debêntures da Primeira Série" e "Debêntures da Segunda Série", respectivamente e, em conjunto, "Debêntures"). As Debêntures foram integralizadas exclusivamente por credores financeiros da Companhia, mediante a entrega dos respectivos créditos decorrentes de operações financeiras contratadas com instituições financeiras e debêntures quirografárias emissão da Companhia, na forma e para os fins previstos no Plano de Recuperação Extrajudicial, com vencimento em 30 de junho de 2025 ("Data de Vencimento") e remuneração correspondente a 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa equivalente a 2,70% a.a. para as Debêntures da Primeira Série e 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa equivalente a 2,90% a.a. para as Debêntures da Segunda Série, sendo a remuneração paga trimestralmente a partir de 30 de setembro de 2022. Em março de 2021, foi concluído o processo de oferta pública de emissão das Debêntures nos termos mencionados acima.

Em 22 de dezembro de 2021, 25 de março de 2022 e em 28 de junho de 2022 foram realizadas Assembleias Gerais de Debenturistas nas quais aprovadas pelos debenturistas a alteração da data de pagamento da remuneração e da obrigação de realização de aumento de capital da Companhia.

Em 18 de agosto de 2022, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas na qual foram aprovadas uma série de mudanças à 12ª emissão, no âmbito da implementação da operação de capitalização do endividamento financeiro da Companhia representado pelas Debêntures, sendo algumas mudanças com efeito imediato e outras mediante verificação de determinadas condições suspensivas ("Condições Suspensivas").

Como contrapartida a essas deliberações, na mesma data também foi aprovada pelos acionistas da Companhia a realização de um aumento de capital, o qual foi homologado em 27 de outubro de 2022 no montante de R\$ 1.637.456.175,60 (um bilhão, seiscentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e cinco reais e sessenta centavos), conforme descrito no item 2.1 acima ("Aumento de Capital").

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Respeitado o direito de preferência dos acionistas, os Debenturistas puderam participar Aumento de Capital, subscrevendo e integralizando as ações remanescentes mediante a transferência à Companhia de 75% (setenta e cinco por cento) ou de 100% (cem por cento) das Debêntures da 12ª Emissão por eles detidas.

Aos Debenturistas que optaram por participar do Aumento de Capital com 75% de suas Debêntures da 12ª Emissão foi concedida ainda a opção de utilizar os 25% remanescentes de suas Debêntures da 12ª Emissão para subscrever e integralizar debêntures da 13ª Emissão. Nos termos aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 20 de julho de 2022 e divulgados pela Companhia na Proposta da Administração para realização da Assembleia Geral de Debenturistas de 18 de agosto de 2022, a 13ª Emissão ainda não foi realizada e será objeto de pedido de oferta pública pela Companhia, nos termos atuais na Resolução CVM nº 160, tendo como público-alvo apenas os Debenturistas da 12ª Emissão que tiverem participado de maneira parcial do Aumento de Capital da Companhia, remanescendo com 25% de sua posição nas Debêntures da 12ª Emissão. A 13ª emissão terá prazo de vencimento final em outubro de 2030, remuneração correspondente a CDI (Certificado de Depósito Interbancário) + 1,10% ao ano e carência de 3 (três) anos para pagamento de principal e juros.

Como resultado do Aumento de Capital, as Condições Suspensivas foram verificadas e as mudanças à 12ª emissão entraram em vigor no dia 26 de outubro de 2022, passando essa emissão a ter vencimento de principal e juros em 30 de junho de 2040 e remuneração correspondente a 100% da Taxa Referencial (TR) acrescida de sobretaxa equivalente a 1,00% a.a., tanto para as Debêntures da Primeira Série quanto para as Debêntures da Segunda Série.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía um saldo de debêntures de R\$ 122,3 milhões. Em 30 de setembro de 2023, a Companhia possuía um saldo de debêntures de R\$ 135,9 milhões.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Diretoria da Companhia declara que no último exercício e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023 não havia outras relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras que não tenham sido consideradas nas demonstrações e informações financeiras da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, 96% do endividamento da Companhia estava sujeito a cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* e *cross acceleration*), nos termos de cada instrumento. Em 30 de setembro de 2023, 95% do endividamento da Companhia estava sujeito a cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* e *cross acceleration*), nos termos de cada instrumento.

As Debêntures possuem as seguintes principais cláusulas de vencimento antecipado, com as quais a Companhia esteve adimplente nos últimos três exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023:

- Descumprimento de obrigação pecuniária e não pecuniária oriundas da Emissão, não sanado nos prazos previstos na Escritura de Emissão
- Aquisição do controle da Companhia;
- Cisão, fusão ou incorporação, incluindo incorporação de ações, ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia, exceto se (a) previamente autorizada pelos debenturistas; (b) for realizada exclusivamente entre a Companhia e controladas e/ou entre controladas da Companhia; ou (c) seja assegurado aos debenturistas o direito de resgate das Debêntures por eles detidas, nos termos do artigo 231, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações;
- Qualquer transação, independentemente da forma jurídica, que implique na aquisição de participações societárias ou marcas pela Companhia ou suas controladas, desde que tais transações envolvam a aquisição de participações societárias ou marcas que não sejam alinhadas com o objeto social da Companhia;
- Mudança ou alteração no objeto social da Companhia que modifique a atividade principal atualmente por ela praticada de forma relevante, exceto se previamente autorizada pelos Debenturistas;
- Resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, empréstimos, mútuos ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas exclusivamente caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias em relação às debêntures; e
- Decretação de vencimento de qualquer operação contratada com instituições financeiras ou de operação no mercado de capitais pela Companhia ou suas controladas na condição de devedoras, garantidoras, fiadoras, coobrigadas ou avalistas, cujo valor unitário ou agregado seja superior a R\$10 milhões.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022 e em 30 de setembro de 2023, a Companhia havia utilizado integralmente os limites disponíveis dos financiamentos contratados.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

| (em R\$ milhares, exceto %) | 30/09/2023 | AV | 30/09/2022 | AV | AH |
|---|------------|----------|------------|----------|----------|
| Receita líquida de vendas | 827.976 | 100 % | 788.402 | 100 % | 5,0 % |
| Custos dos produtos vendidos | (288.819) | (34,9) % | (307.181) | (39,0) % | (6,0) % |
| Lucro bruto | 539.157 | 65,1 % | 481.221 | 61,0 % | 12,0 % |
| Despesas gerais e administrativas | (121.049) | (14,6) % | (103.838) | (13,2) % | 16,6 % |
| Despesas com vendas | (378.248) | (45,7) % | (353.093) | (44,8) % | 7,1 % |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | (2.064) | (0,2) % | (565) | (0,1) % | 265,3 % |
| Outras receitas | 4.066 | 0,5 % | 3.046 | 0,4 % | 33,5 % |
| Outras despesas | (23.371) | (2,8) % | (5.243) | (0,7) % | 345,8 % |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | 18.491 | 2,2 % | 21.528 | 2,7 % | (14,1) % |
| Resultado financeiro | (66.086) | (8,0) % | (227.187) | (28,8) % | (70,9) % |
| Resultado antes dos impostos | (47.595) | (5,7) % | (205.659) | (26,1) % | (76,9) % |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 60.626 | 7,3 % | 36.128 | 4,6 % | 67,8 % |
| Resultado do exercício | 13.031 | 1,6 % | (169.531) | (21,5) % | N/A |

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 827.976 mil comparativamente a R\$ 788.402 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 39.574,0 mil ou 5%.

Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento do canal B2C online, com crescimento de 32% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 comparado ao mesmo período do ano anterior, que passou de R\$ 118,3 milhões para R\$ 156,0 milhões.

Lucro bruto

Lucro bruto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 539.157 mil comparativamente a R\$ 481.221 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 57.936 mil ou 12%. O Lucro bruto representou 65,1% e 61% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente à continuidade da melhor estratégia de precificação dos produtos e do foco de vendas a preço cheio, bem como ao aumento da eficiência operacional da Companhia, conforme detalhado acima, uma vez que Custos dos produtos vendidos apresentou uma redução mesmo com o aumento da Receita líquida de vendas.

Despesas gerais e administrativas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas gerais e administrativas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foram de (R\$ 121.049) mil comparativamente a (R\$ 103.838) mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 17.211 mil ou 16,6 %. Despesas gerais e administrativas representaram (14,3%) e (13,2%) da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente pelo início do provisionamento do PLR (participação nos resultados), decorrente da melhora operacional da Companhia, e pelo reajuste de benefícios a colaboradores. Além disso, a partir do 2º trimestre de 2023 há mais órgãos de governança ativos em comparação com 2022. Esse movimento, aliado a um reajuste na remuneração dos membros desses órgãos, contribuiu para o aumento de despesas.

Despesas com vendas

Despesas com vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foram de (R\$ 378.248) mil comparativamente a (R\$ 353.093) mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 25.155 mil ou 7,1%. Despesas com vendas representaram (45,7%) e (44,8%) da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da receita e despesas variáveis, em razão do aumento da Receita líquida de vendas, enquanto as despesas fixas com vendas praticamente não apresentaram variações.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de (R\$ 66.086) mil comparativamente a (R\$ 227.187) mil no mesmo período de 2022, o que representou uma diminuição de R\$ 161.101 mil ou 70,9%. Resultado financeiro representou (8%) e (28,8%) da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao menor endividamento bruto da Companhia, uma vez que, durante o quarto trimestre de 2022 foi convertido em ações R\$ 1,6 bilhão do valor das debêntures.

Resultado antes dos impostos

Resultado antes dos impostos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi um prejuízo de R\$ 47.595 mil comparativamente a prejuízo de R\$ 205.659 mil no mesmo período de 2022, o que representou uma redução de R\$ 158.064 mil ou 76,9 %. Resultado antes dos impostos representou 5,7% e 26,1 % da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Cabe ressaltar que o prejuízo de R\$ 47.595 mil referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi impactado em R\$ 43,5 milhões em decorrência do Auto de Infração extraordinário, detalhado no item 2.4(c). Excluindo esses efeitos, o valor do resultado antes dos impostos de renda e contribuição social diferidos foi de R\$ 4,1 milhões de prejuízo. Em comparação ao mesmo período de 2022, apresentou uma melhora de R\$ 134,2 milhões, decorrente basicamente da melhora operacional e financeira da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 60.626 mil comparativamente a R\$ 36.128 mil no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de R\$ 24.498 mil ou 67,8 %. Imposto de renda e contribuição social diferidos representou 7,3% e 4,6% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2023 e 2022, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao crédito de R\$ 22,6 milhões decorrente da utilização de prejuízo fiscal para pagamento parcial do Auto de Infração previsto no "Programa de Litígio Zero", lançado pelo governo federal.

Resultado do exercício

Resultado do exercício no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023 foi de R\$ 13.031 mil comparativamente a (R\$ 169.531) mil no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$ 182.562 mil. Resultado do exercício representou 1,6% e (21,5%) da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente, aos fatores descritos acima.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

| (em R\$ milhares, exceto %) | 31/12/2022 | AV | 31/12/2021 | AV | AH |
|---|----------------|--------------|------------------|----------------|--------------|
| Receita líquida de vendas | 1.065.898 | 100% | 875.919 | 100% | 21,7% |
| Custos dos produtos vendidos | (405.415) | (38,0%) | (418.708) | (47,8%) | (3,2%) |
| Lucro bruto | 660.483 | 62,0% | 457.211 | 52,2 | 44,5% |
| Despesas gerais e administrativas | (141.481) | (13,3%) | (120.866) | (13,8%) | 17,1% |
| Despesas com vendas | (487.051) | (45,7%) | (435.261) | (49,7%) | 11,9% |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | (20.158) | (1,9%) | (7.422) | (0,8%) | 171,6% |
| Outras receitas | 233.935 | 21,9% | 7.645 | 0,9 % | 2.960,0 |
| Outras despesas | (31.919) | (3,0%) | (578.824) | (66,1%) | (94,5%) |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | 213.809 | 20,1% | (677.517) | (77,3%) | N/A |
| Resultado financeiro | (245.348) | (23%) | (159.825) | (18,2%) | 53,5% |
| Resultado antes dos impostos | (31.539) | (3,0%) | (837.342) | (95,6%) | (96,2%) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 86.814 | 8,1% | 33.029 | 3,8% | 162,8% |
| Resultado do exercício | 55.275 | 5,2% | (804.313) | (91,8%) | N/A |

Receita líquida de vendas

Receita líquida de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.065.898 mil comparativamente a R\$ 875.919 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma variação de R\$ 189.979 mil ou 21,7%. Este aumento é atribuído substancialmente ao crescimento do canal B2C, que passou de R\$ 779,6 milhões em 2021 para R\$ 960,5 milhões em 2022, impulsionado pela estratégia de CRM conquistando novos clientes e fidelizando os já ativos e pela melhor performance de vendas a preço cheio.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 660.483 mil comparativamente a R\$ 457.200 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$ 203.272 mil ou 44,5%. No exercício social de 2022, a margem bruta passou para 62,0%, aumento de 9,8p.p. na comparação com o exercício social de 2021. Este aumento é atribuído substancialmente pela melhor performance de vendas a preço cheio, aumentando as margens dos Canais B2C e B2B, além da redução de representatividade do Canal Outlets nas vendas da Companhia.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de (R\$141.481) mil comparativamente a (R\$120.866) mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 20.615 mil ou 17,1%. Despesas gerais e administrativas representaram (13,3%) e (13,8%) da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento de despesas gerais e administrativas é atribuído ao crescimento das atividades operacionais da empresa, em virtude da diminuição das restrições do comércio varejista em relação a 2021 e o aumento proporcional de gastos relacionados à maior demanda de recursos e esforços administrativos. Já a redução da representação das despesas gerais e administrativas na receita líquida é atribuída substancialmente à evolução dos nossos processos, a melhor adequação da estrutura organizacional e a qualidade do planejamento comercial e financeiro que permitiram a Companhia crescesse com maior alavancagem operacional.

Despesas com vendas

Despesas com vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de (R\$487.051) mil comparativamente a (R\$435.261) mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 51.790 mil ou 11,9%. Despesas com vendas representaram (45,7%) e (49,7%) da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento do valor absoluto das Despesas com vendas é atribuído substancialmente ao crescimento das vendas da Companhia, sendo que a redução relativa das Despesas com vendas, em relação à receita líquida da Companhia, indicando sua maior eficiência operacional, é atribuída à redução do número de lojas, resultando em uma maior diluição das despesas.

Resultado financeiro

Resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de (R\$245.348) mil comparativamente a (R\$159.825) mil no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de (R\$85.523) mil ou 53,5%. Resultado financeiro representou (23%) e (18,2%) da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao aumento da taxa de juros, passando de um CDI médio de 4,7% em 2021 para 12,5% em 2022, o que impactou o valor das obrigações financeiras da Companhia ao longo do ano.

Resultado antes dos impostos

Resultado antes dos impostos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de (R\$31.539) mil comparativamente a (R\$837.342) mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 805.803 mil ou 96,2%. Essa redução é atribuída substancialmente aos fatores descritos acima e ao reconhecimento, em 2021, de impairment do ágio da aquisição da Dudalina e baixas de intangível e imobilizado no valor de R\$ 558,3 milhões, que ocasionou uma depreciação dos resultados da Companhia. Adicionalmente, no exercício social de 2022, a Companhia reconheceu um ganho de capital de R\$ 233.907 mil, referente à transação do aumento de capital homologado em 27 de outubro de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2022, sobre a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro extinto (valor justo de R\$ 1,80, utilizado com base na cotação da ação na data de 27 de outubro de 2022) e a retribuição paga de R\$ 2,10, reconhecida em "Ajuste de Avaliação Patrimonial" em contrapartida a conta do resultado do exercício "Outras Receitas".

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 86.814 mil comparativamente a R\$ 33.029 mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 53.785 mil ou 162,8%. Imposto de renda e contribuição social diferidos representaram 8,1% e 3,8% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Este aumento é atribuído à projeção da recuperabilidade dos impostos diferidos.

Resultado do exercício

Resultado do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$55.275 mil comparativamente a (R\$804.313) mil no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 859.588 mil. Resultado do exercício representou 5,2% e (91,8%) da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. Essa variação é atribuída, substancialmente, aos fatores descritos acima.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

| (em R\$ milhares) | Período de nove meses findo em 30 de setembro de | | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | |
|--|---|----------|--|----------|
| | 2023 | 2022 | 2022 | 2021 |
| Caixa líquido gerado nas atividades operacionais | 116.616 | 132.830 | 198.902 | 111.711 |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | (135.121) | (95.749) | (132.962) | (87.412) |
| Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento | (3.640) | (45.567) | (51.260) | (46.358) |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa | (22.145) | (8.486) | 14.680 | (22.059) |

PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2023 COMPARADO AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou uma geração de R\$ 116.616 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado a uma geração de R\$ 132.830 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. Essa redução de R\$ 16.214 mil, ou 12,2%, é justificada principalmente basicamente pelo consumo de capital de giro em 2023 concentrados em estoques e contas a receber, decorrente do aumento do volume das operações no período e da perspectiva de crescimento para o restante do ano.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$ 135.121 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado a R\$ 95.749 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. Esse aumento de R\$39.372 mil, ou 41,1%, é justificada pelo plano de renovação dos conceitos do parque de lojas da Companhia.

Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento

O caixa líquido das atividades de financiamento representou a consumo de R\$ 3.640 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, comparado ao consumo de R\$ 45.567 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022. Essa variação de R\$ 41.927 mil, é justificada pelo aumento do Capital Social da Companhia, no montante de R\$80,0 milhões durante o primeiro trimestre de 2023.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R\$ 198.902 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 111.711 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento de R\$ 87.191 mil é justificado pela melhora operacional da Companhia. O EBITDA Ajustado passou de R\$ 92.902 mil em 2021 para R\$ 200.436 mil em 2022, refletindo o crescimento de receita, crescimento de Margem Bruta e redução das despesas gerais, com vendas e administrativas em relação à Receita Líquida.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R\$132.962 mil negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$87.412 mil negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esse consumo adicional de R\$45.550 mil negativos, ou 34,3% negativos, é justificado principalmente pela modernização do parque de lojas, com ênfase nas lojas do shopping Iguatemi São Paulo, JK Iguatemi e Alphaville Iguatemi; e o processo de migração das plataformas de e-commerce para um novo provedor.

Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R\$51.260 mil negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$46.358 mil negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, ou seja, consumo adicional de R\$4.902 milhares negativos, ou 9,6% negativos, o que se justifica substancialmente pelo maior pagamento de juros pela Companhia em razão do aumento da taxa DI, à qual seus contratos de financiamento estão majoritariamente indexados. Este aumento foi parcialmente compensado pelo aumento na captação de cessão de recebíveis com direito de regresso.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os Diretores devem comentar:

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro 2023, as receitas da Companhia decorriam principalmente da comercialização dos seus produtos por meio de 172 lojas próprias, 9 lojas outlets, 10 franquizadas, e-commerce e por meio de lojas multimarcas espalhadas pelo território brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2022, as receitas da Companhia decorriam principalmente da comercialização dos seus produtos por meio de 178 lojas próprias, 10 lojas outlets e 18 franquizadas, e-commerce e por meio de lojas multimarcas espalhadas pelo território brasileiro.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia são materialmente influenciados pelos seguintes fatores:

Aceitação do público em relação aos produtos das coleções. A Companhia desenvolve anualmente duas coleções principais (Primavera/Verão e Outono/Inverno). Em cada coleção, desenvolve um elevado número de peças exclusivas. Essas peças são baseadas nas análises das equipes de estilistas, que estudam tendências nacionais e internacionais de moda e comportamento. A receita depende da aceitação dos produtos por parte dos clientes, assim como de sua adequada precificação.

Sazonalidade. O mercado de varejo de vestuário é marcado por sazonalidade, que fica evidenciada principalmente no último trimestre do ano, devido às datas comemorativas. Outro fator que influencia a sazonalidade são as liquidações, que ocorrem ao final de cada coleção principal, geralmente nos meses de janeiro/fevereiro e junho/julho. As liquidações geram um aumento nas vendas, porém trazem uma diminuição na margem bruta, uma vez que a Companhia comercializa produtos com descontos em relação aos preços praticados logo após o lançamento das coleções e durante a alta estação. Desta forma, os resultados das operações variam de acordo com o trimestre, dependendo do volume de vendas no período de promoção.

Preço e Promoção. Os resultados em termos de margem bruta, margem EBITDA e lucro líquido apresentam historicamente variação durante o ano. No primeiro trimestre, os resultados são negativamente afetados pela liquidação realizada no mês de janeiro/fevereiro e no segundo trimestre ou terceiro trimestre pela liquidação que acontece em junho/julho.

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas, fluxo de clientes, modificações de preços, pela variação no número de lojas próprias, bem como pela variação do número de lojas multimarcas que compramos produtos da Companhia para revenda. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Receita líquida de vendas da Companhia alcançou R\$ 875,9 milhões, apresentando um crescimento de 46,3% em relação ao exercício de 2020, no qual totalizou R\$ 598,8 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Receita líquida de vendas da Companhia alcançou R\$ 1.065,9 milhões, apresentando um aumento de R\$ 189,9 milhões

2.2 Resultados operacional e financeiro

em relação ao mesmo período de 2021. Já no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, a Receita líquida de vendas da Companhia alcançou R\$828 milhões, apresentando um crescimento de 5% em comparação ao mesmo período de 2022, que havia atingido R\$ 788,4 milhões.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A inflação pode impactar relevantemente o resultado operacional da Companhia à medida que reduz o poder de compra dos consumidores e sua capacidade para obtenção de crédito, o que também se reflete em casos de aumento da taxa básica de juros, afetando o setor de varejo como um todo; bem como a variação do câmbio e do preço dos principais insumos utilizados na produção da Companhia podem impactar a sua estrutura de custos, uma vez que a matéria-prima para os insumos é comercializada em dólares.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Práticas contábeis: os Diretores devem comentar:

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

CPC 47/ IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

A Companhia tem como principais receitas a venda de mercadorias e produtos. Conforme avaliação efetuada no exercício anterior nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, a Companhia não identificou alterações no reconhecimento atual das suas receitas, dado que são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega do produto (mercadorias e produtos). Portanto, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, a Companhia não apresentou impactos e alterações no reconhecimento da receita.

CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC38/IAS39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Os detalhes das novas políticas contábeis significativas e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores estão descritos abaixo.

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/ IFRS9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados a VJR

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Para derivativos designados como instrumentos de hedge.

Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais ao VJORA

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas e ênfases nos pareceres dos auditores referentes às demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e ao trimestre encerrado em 30 de setembro de 2023. Exceto com relação às Ênfases, que são mencionadas em todos os balanços de companhias brasileiras, relativas às apresentações da DVA, que é requerida e apresentada de acordo com o IFRS e que a legislação brasileira não tem como item obrigatório e, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, por ter ocorrido troca de auditores em 2023, foi incluído um parágrafo de ênfase com relação aos valores correspondentes examinados e revisados por outro auditor independente.

Dessa forma, em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, os auditores deram opinião sem ressalvas em um parágrafo de Ênfase específico para a apresentação da DVA e outro parágrafo de Ênfase específico para os valores correspondentes examinados e revisados por outro auditor independente. Como comentado, a ênfase relativa à apresentação de DVA é um procedimento e prática obrigatória em companhias abertas brasileiras e a ênfase para valores correspondente examinados e revisados por outro auditor independente é norma internacional.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve, no último exercício social ou no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária com efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia no último exercício social ou no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023. No entanto, a Companhia monitora constantemente o setor de varejo de vestuário brasileiro e analisa oportunidades de aquisição estratégicas complementares ao seu negócio. A Companhia considera a possibilidade de aquisições de empresas e negócios no mesmo segmento operacional, com potencial de crescimento, sinergias com a operação atual e que possam contribuir para o crescimento dos seus negócios e resultados.

(c) Eventos ou operações não usuais

Durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, a Companhia recebeu o Auto de Infração, relativo à base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB referente ao ano de 2018 no montante de R\$43.481 mil (valor principal de R\$20.998 mil e demais encargos R\$22.483 mil).

Ao analisar as probabilidades de sucesso em eventual discussão judicial, em conjunto com os consultores jurídicos tributários, com entendimento de chance de perda provável e considerando a oportunidade de adesão ao "Programa de Litígio Zero" (lançado pelo governo federal com validade até 31 de julho de 2023 no momento da decisão da Companhia e posteriormente postergada até 31 de dezembro de 2023), que prevê a possibilidade de utilização de prejuízo fiscal em exercícios sociais anteriores como parte do pagamento de ações judiciais em aberto, a Companhia optou pela adesão ao Programa e consequentemente pelo pagamento do Auto de Infração utilizando prejuízos fiscais acumulados no montante de R\$22.610 mil, sendo o saldo remanescente de R\$20.871 mil a ser pago em 9 parcelas mensais e consecutivas, com a primeira parcela paga no ato da adesão (22 de junho de 2023). Em 30 de setembro de 2023 o saldo a pagar decorrente a adesão ao Programa Litígio Zero era de R\$ 11.595 mil.

O valor de principal de R\$ 21,0 milhões foi contabilizado em "Outras Despesas", com impacto no EBITDA e o valor de R\$ 22,5 milhões de encargos foi contabilizado no "Resultado Financeiro". O crédito do prejuízo fiscal utilizado como forma de pagamento parcial do Auto no montante de R\$ 22,6 milhões foi contabilizado como Imposto de Renda Diferido. Adicionalmente, como evento não usual, a Companhia registrou no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, uma amortização acelerada no montante de R\$ 2,4 milhões, na linha do ativo intangível de implantação e licença de software, devido à substituição de tecnologia prevista para o primeiro trimestre de 2024.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, houve os seguintes eventos não usuais: Baixas de estoques sendo, majoritariamente, de tecidos com baixo giro no valor de R\$ 7,5 milhões, provisão para devedores duvidosos, despesas jurídicas relativas ao processo de cobrança no valor de R\$ 21,2 milhões, despesas relacionadas ao fechamento e desmobilização de lojas encerradas e adequação da estrutura organizacional no valor de R\$ 22,3 milhões, abrangendo nesse valor o estorno do impairment de lojas reformadas em 2022, de R\$ 10,5 milhões, ganho de capital derivado da conversão das debêntures em ações, alocado na linha de "outras receitas" no valor de R\$ 233,9 milhões, depreciação acelerada das lojas que serão reformadas em 2023, no valor de R\$ 6,7 milhões e ajuste no resultado financeiro no valor de R\$ 8,4 milhões, decorrente do ganho referente ao valor justo da dívida pós conversão, conforme CPC 48 – Instrumentos financeiros.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, houve os seguintes eventos não usuais: Constituição de provisão em obsolescência de estoques no valor de R\$ 29,1 milhões, constituição de provisão para recebíveis no valor de R\$ 7,4 milhões, constituição de provisões diversas no valor de R\$ 12,3 milhões, R\$ 10,7 milhões para constituição de provisão para contingências, reconhecimento de impairment do ágio da aquisição da Dudalina e baixas de intangível e imobilizado no valor de R\$ 558,3 milhões.

2.5 Medições não contábeis

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou, no decorrer do último exercício social e no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, as seguintes medições não contábeis:

EBITDA, EBITDA LTM, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado LTM, Margem EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado LTM

O EBITDA, EBITDA LTM, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado LTM são divulgados pela Companhia como informações complementares por serem indicadores úteis do seu desempenho operacional.

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelas depreciações e amortizações. O EBITDA LTM é calculado com as mesmas bases do EBITDA e considera um período de 12 (doze) meses, sendo utilizado para comparabilidade de resultados trimestrais do EBITDA com sua apuração anual ao término de cada exercício social.

O EBITDA Ajustado é calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido por itens que a Companhia entende como não recorrentes, ou que não afetam a sua geração de caixa e que podem ser compostas por itens diferentes em cada período, como provisões e custos de rescisões, por exemplo. O EBITDA Ajustado LTM é calculado com as mesmas bases do EBITDA Ajustado e considera um período de 12 (doze) meses, sendo utilizado para comparabilidade de resultados trimestrais do EBITDA com sua apuração anual ao término de cada exercício social.

A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida de vendas e a Margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida de vendas. A Margem EBITDA Ajustado LTM é calculada com as mesmas bases da Margem EBITDA Ajustado e consideram um período de 12 (doze) meses, sendo utilizada para comparabilidade de resultados trimestrais da Margem EBITDA Ajustado com sua apuração anual ao término de cada exercício social.

O EBITDA, o EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA, a Margem EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia. Não poderão também ser considerados para o cálculo de distribuição de dividendos.

2.5 Medições não contábeis

O EBITDA, o EBITDA LTM e a Margem EBITDA não possuem significado padrão e a suas definições podem não ser comparáveis com as definições de EBITDA, EBITDA LTM e Margem EBITDA utilizadas por outras empresas, tampouco com as definições provenientes das informações contábeis históricas de EBITDA, EBITDA LTM e Margem EBITDA utilizadas pela Companhia. Além disso, o EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado LTM são definidos conforme a realidade de cada empresa que os utiliza, podendo não ser possível comparar tais indicadores com os de utilizados por outras empresas do mesmo setor.

Dívida Bruta

A Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou informações contábeis intermediárias que corresponde ao somatório entre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) e não considera os saldos de arrendamento mercantil financeiro nem de cessão de recebíveis. A Dívida Bruta não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

Dívida Líquida, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM

A Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e/ou informações contábeis intermediárias que corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado é a razão da medição da Dívida Líquida dividido pelo EBITDA Ajustado, e a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM é a razão da medição da Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado LTM conforme explicado acima.

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do (i) EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2023 e 30 de setembro de 2022; e (ii) para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, bem como para os períodos de 12 (doze) meses findos em 30 de setembro de 2023 e 30 de setembro de 2022. Em relação aos períodos de 12 (doze) meses findos em 30 de setembro de 2023 e 30 de setembro de 2022, são apresentados o EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM, EBITDA Ajustado LTM e Margem EBITDA Ajustado LTM e, conforme descrito no item 2.5(a) acima, a utilização dessas medições se dá para fins de comparabilidade dos números apurados em cada um dos trimestres com os números apurados anualmente ao final de cada um dos exercícios sociais:

2.5 Medições não contábeis

| (em R\$ milhares, exceto %) | Período de nove meses findo em 30 de setembro de | |
|---|--|----------------|
| | 2023 | 2022 |
| (+) Lucro (prejuízo) líquido | 13.031 | (169.531) |
| (+) Resultado financeiro líquido | 66.086 | 227.187 |
| (+) Imposto de renda e contribuição social | (60.626) | (36.128) |
| (+) Despesas de depreciação, amortização e impairment | 123.552 | 118.130 |
| EBITDA | 142.043 | 139.658 |
| Margem EBITDA (1) | 17,16% | 17,71% |
| Provisões | - | - |
| Ganho na conversão das debêntures em ações | - | - |
| Auto de infração extraordinário | 20.998 | - |
| Baixa de recebíveis | - | - |
| (+) Total de custos e despesas | 20.998 | - |
| EBITDA Ajustado (2) | 163.041 | 139.658 |
| Margem EBITDA Ajustado (3) | 19,69% | 17,71% |

(1) Representa o EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(2) Ajustes para eliminar os efeitos da despesa relacionada ao Auto de Infração extraordinário no valor de R\$ 21,0 milhões, em 2023.

(3) Representa o EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida de vendas.

| (em R\$ milhares, exceto %) | Período de doze meses findo em 30 de setembro de | | Exercício social encerrado em 31 de dezembro de | |
|---|--|----------------|---|---------------|
| | 2023 LTM | 2022 LTM | 2022 | 2021 |
| (+) Lucro (prejuízo) líquido | 237.837 | -830.734 | 55.275 | -804.313 |
| (+) Resultado financeiro líquido | 84.247 | 284.048 | 245.348 | 159.825 |
| (+) Imposto de renda e contribuição social | -111.312 | -49.678 | -86.814 | -33.029 |
| (+) Despesas de depreciação, amortização e impairment | 185.471 | 723.650 | 180.049 | 710.854 |
| EBITDA | 396.243 | 127.287 | 393.858 | 33.337 |
| Margem EBITDA (1) | 35,84% | 11,83% | 36,95% | 3,81% |
| Provisões | 19.332 | 52.143 | 19.332 | 52.143 |
| Ganho na conversão das debêntures em ações | -233.907 | - | -233.907 | - |
| Auto de infração extraordinário | 20.998 | - | - | - |
| Baixa de recebíveis | 21.158 | 7.422 | 21.158 | 7.422 |
| (+) Total de custos e despesas | -172.419 | 59.565 | -193.417 | 59.565 |
| EBITDA Ajustado (2) | 223.824 | 186.851 | 200.441 | 92.902 |
| Margem EBITDA Ajustado (3) | 20,25% | 17,37% | 18,80% | 10,61% |

(1) Representa o EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(2) Ajustes para eliminar os efeitos dos seguintes itens: (i) em 2021, houve constituição de provisão de estoques no valor de R\$ 29,1 milhões referente a produtos acabados de coleções passadas e a matérias-primas de itens de giro lento, constituição de provisão para recebíveis de atacado no valor de R\$ 7,4 milhões, constituição de provisões diversas no valor de R\$ 12,4 milhões relacionadas principalmente a reestruturação referente ao encerramento e desmobilização de lojas para o ano seguinte e R\$ 10,7 milhões para constituição de provisão para contingências; (ii) em 2022, houve baixas de estoques sendo, majoritariamente, de tecidos com baixo giro no valor de R\$ 7,5 milhões, provisão para devedores duvidosos e despesas jurídicas relativas ao processo de cobrança no valor de R\$ 21,2 milhões, despesas relacionadas principalmente ao fechamento e desmobilização de lojas encerradas e adequação da estrutura organizacional no valor de R\$ 11,8 milhões, e ganho de capital derivado do aumento de capital através da conversão parcial das debêntures em ações, alocado na linha de "outras receitas" no valor de R\$ 233,9 milhões; e (iii) em 2023, houve despesa relacionada ao Auto de Infração extraordinário no valor de R\$ 21,0 milhões.

(3) Representa o EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida de vendas.

A tabela abaixo apresenta a conciliação da Dívida Bruta com as informações contábeis da Companhia:

| (em R\$ milhares) | 30/09/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|----------------------------------|------------|------------|------------|
| (+) Empréstimos e financiamentos | 5.895 | 5.912 | 5.886 |

2.5 Medições não contábeis

| | | | |
|---------------------|----------------|----------------|------------------|
| (+) Debêntures | 135.852 | 122.336 | 1.579.051 |
| Dívida Bruta | 141.747 | 128.248 | 1.584.937 |

A tabela abaixo apresenta a conciliação da Dívida Líquida e do índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado com as informações contábeis da Companhia:

| (em R\$ milhares) | 30/09/2023 | 30/09/2022 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---------------|------------------|---------------|------------------|
| (+) Empréstimos e financiamentos | 5.895 | 5.888 | 5.912 | 5.886 |
| (+) Debêntures | 135.852 | 1.373.627 | 122.336 | 1.579.051 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | 42.930 | 39.194 | 62.992 | (46.109) |
| Dívida Líquida | 98.817 | 1.724.238 | 65.256 | 1.538.828 |
| EBITDA Ajustado LTM | 223.824 | 186.851 | 200.441 | 92.902 |
| Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM | 0,4x | 9,2x | 0,3x | 16,6x |

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA LTM, Margem EBITDA, Margem EBITDA LTM, EBITDA Ajustado, EBITDA Ajustado LTM, Margem EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado LTM

A Companhia acredita que essas medições (não contábeis) sejam reconhecidas como medidas de desempenho frequentemente utilizadas por investidores, analistas de valores mobiliários e outras pessoas interessadas em analisar a performance das companhias. Tais medidas, contudo, são suscetíveis a variações na forma de cálculo e não são calculadas por todas as companhias da mesma maneira. Dessa forma, o EBITDA, o EBITDA LTM, a Margem EBITDA, a Margem EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado, o EBITDA Ajustado LTM, a Margem EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado LTM aqui apresentados podem não ser diretamente comparáveis com medidas similares apresentadas por outras companhias.

No entanto, nenhuma informação deverá ser considerada isoladamente, como um substituto para o lucro líquido apurado de acordo com o IFRS ou as práticas contábeis adotadas no Brasil ou, ainda, como medida de lucratividade da Companhia.

Adicionalmente, essas medições apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medidas de desempenho, em razão de não desconsiderarem certos custos ou despesas da Companhia que podem impactar significativamente os resultados operacionais e de liquidez, tais como nosso resultado financeiro líquido, impostos de renda e contribuição social e depreciação e amortização, além de outros gastos considerados pela administração como não recorrentes. Desta forma, o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado funcionam como indicadores de nosso desempenho econômico geral, que não são afetados por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária ou alterações nos níveis de depreciação e amortização derivados, bem como de gastos que julgamos não recorrentes.

Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM

A divulgação de informações sobre a Dívida Bruta, Dívida Líquida, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM visa a apresentar uma visão geral do endividamento e da posição

2.5 Medições não contábeis

financeira da Companhia. A Dívida Bruta é igual ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, e debêntures (circulante e não circulante) e não considera os saldos de arrendamento mercantil financeiro. A Dívida Líquida é igual ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), sem considerar os saldos de arrendamento mercantil financeiro, deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM são as razões das medições da Dívida Líquida dividido pelo EBITDA Ajustado e EBITDA Ajustado LTM, respectivamente, conforme explicado acima. A Dívida Bruta, Dívida Líquida, a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM não são medidas de desempenho financeiro ou de liquidez segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou o IFRS. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e/ou Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM de maneira diferente da Companhia. Na gestão de nossos negócios, utilizamos a Dívida Bruta, a Dívida Líquida e a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado LTM como forma de avaliar nossa posição financeira. A Companhia entende que essas medidas funcionam como uma ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, analisar o grau de alavancagem financeira, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais, como decisões de investimento e de gestão do fluxo de caixa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve eventos subsequentes às informações financeiras referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

2.7 Destinação de resultados

Os Diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

| | 30/09/2023 | 2022 |
|---|--|---|
| (a) Regras sobre retenção de lucros | De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no Artigo 34 do Estatuto Social da Companhia e a legislação aplicável; (c) para a formação da reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) retenção de parcela do lucro líquido para fazer face a orçamento de capital proposto pela administração da Companhia e aprovado pela Assembleia Geral; e (e) distribuição de dividendos do valor remanescente. | De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no Artigo 34 do Estatuto Social da Companhia e a legislação aplicável; (c) para a formação da reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) retenção de parcela do lucro líquido para fazer face a orçamento de capital proposto pela administração da Companhia e aprovado pela Assembleia Geral; e (e) distribuição de dividendos do valor remanescente. |
| a.i Valores das Retenções dos Lucros | N/A | Destinação do lucro líquido do exercício de R\$ 55.276 milhões: (i) Reserva Legal: R\$ 2,764 milhões; (ii) Dividendo Mínimo Obrigatório: R\$ 13,128 milhões; (iii) Retenção de R\$ 39,383 milhões, conforme Orçamento de Capital para o ano de 2023, nos termos do artigo 196 da Lei das S.A. Adicionalmente, tendo em vista que em 14/12/2022 foi aprovada pelo Conselho de Administração absorção intermediária de R\$ 49,262 milhões de prejuízos do exercício de 2022 apurados até 30/09/2022 e que esse valor, ao final do exercício de 2022, restou na conta de reserva de lucros acumulados, não compondo o resultado do exercício e não sendo passível de distribuição, os acionistas da Companhia consignaram na Ata da AGO, realizada em 28/04/2023, que tal valor também comporia o Orçamento de Capital para o ano de 2023. Portanto, esse valor somado à retenção de R\$ 39,383 milhões totalizou R\$ 88.645 milhões. |
| a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados | N/A | (i) Reserva Legal: 5% (ii) Distribuição de Dividendos: 25% (iii) Retenção de lucros: 70% |
| (b) Regras sobre distribuição de dividendos | O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social é de 25% do saldo do lucro líquido do exercício social, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído entre os acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. | O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social é de 25% do saldo do lucro líquido do exercício social, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído entre os acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. |
| (c) Periodicidade das distribuições de dividendos | A distribuição dos dividendos ocorre anualmente, quando apurado lucro ou houver reserva de lucro. De acordo com o Estatuto | A distribuição dos dividendos ocorre anualmente, quando apurado lucro ou houver reserva de lucro. De acordo com o Estatuto |

2.7 Destinação de resultados

| | 30/09/2023 | 2022 |
|---|--|--|
| | Social, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores ad referendum da Assembleia Geral; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. | Social, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores ad referendum da Assembleia Geral; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. |
| (d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais | A Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos, desde que não esteja em mora com obrigações contratuais em relação às debêntures ou em contratos financeiros de sua emissão, assim como não existem restrições impostas por contratos, (exceto os mencionados anteriormente), decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. | A Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos, desde que não esteja em mora com obrigações contratuais em relação às debêntures ou em contratos financeiros de sua emissão, assim como não existem restrições impostas por contratos, (exceto os mencionados anteriormente), decisões judiciais, administrativas ou arbitrais. |
| (e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado | A Companhia possui Política de Destinação de Resultados e Distribuição de Dividendos, aprovada em 31/07/2023 pelo Conselho de Administração, que pode ser encontrada no site da Companhia https://www.veste.com/governanca-corporativa/politicas/ . | A Companhia não possuía política de destinação de resultados formalmente aprovada, pelo Conselho de Administração, em 2022. |

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os Diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social ou ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social ou ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social ou ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao último exercício social ou ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social ou ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ou ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ou ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 ou ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia investiu o total de R\$ 130,8 milhões, dos quais (i) R\$ 29,8 milhões correspondem ao ativo imobilizado, tais como investimentos em reformas das lojas existentes; e (ii) R\$ 100,9 milhões de gastos com intangíveis, tais como: desenvolvimento de coleção e investimentos nas plataformas de e-commerce e projetos de tecnologia. Já durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2023, a Companhia investiu o total de R\$ 86,5 milhões, dos quais (i) 33,3 milhões correspondem ao ativo imobilizado, tais como investimentos em reformas das lojas existentes; e (ii) R\$ 53,2 milhões de gastos com intangíveis, tais como: desenvolvimento de coleção e investimentos nas plataformas de e-commerce e projetos de tecnologia.

A Companhia pretende, dentre outros objetivos e se oportuno e em conformidade com sua estratégia de negócios, voltar seus investimentos futuros essencialmente, para (i) seu ativo imobilizado, com destaque para a reforma e modernização de lojas onde já opera, a fim de garantir a otimização de suas operações ("Investimentos em Imobilizado"); e (ii) gastos com intangíveis, tais como o desenvolvimento de coleções e investimentos nas plataformas de *e-commerce* e em projetos de tecnologia ("Investimentos em Intangíveis").

Para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2023, a Companhia prevê investimentos de aproximadamente R\$ 160 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 60 milhões para Investimentos em Imobilizado e aproximadamente R\$ 100 milhões para Investimentos em Intangíveis.

O planejamento da Companhia para o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024 contempla estimativas de investimentos de aproximadamente R\$ 130 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 30 milhões para Investimentos em Imobilizado e aproximadamente R\$ 100 milhões para Investimentos em Intangíveis. Essas estimativas refletem o atual plano estratégico e financeiro da Companhia, podendo ser alteradas por eventuais mudanças em tal plano, inclusive ocasionadas por impactos decorrentes de fatores externos.

Ainda assim, a administração da Companhia permanece em constante processo de avaliação de novas oportunidades de investimentos que estejam alinhadas à estratégia de negócios da Companhia.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos realizados em 2022 e citados no item (i) acima foram financiados, principalmente, pela geração de caixa das operações da Companhia. Os investimentos realizados e a serem realizados em 2023 citados no item (i), foram e serão, conforme o caso, financiados, principalmente, pela geração de caixa das operações da Companhia e por aumento de capital social, no montante de R\$100,0 milhões, homologado em fevereiro de 2023.

Para investimentos que a Companhia estima serem realizados em 2024, indicados no item acima, a

2.10 Planos de negócios

Companhia pretende continuar a usar capital próprio, podendo, se assim desejar e conforme aplicável, utilizar outras fontes de financiamento como, por exemplo, financiamentos bancários ou captação de recursos através do mercado de capitais.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não realizou desinvestimentos significativos durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Durante o último exercício social e no exercício social corrente, não foram realizadas aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O mercado de atuação da Companhia possui diversas oportunidades relacionadas a questões ASG, principalmente no que diz respeito a formas de consumo mais sustentáveis.

Nesse sentido, a Companhia (i) aderiu, em 2021, ao *The Fashion Pact* com o objetivo de criar, em conjunto com o restante do setor, uma indústria mais sustentável; (ii) realizou seu primeiro Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, referente ao ano de 2022, mapeando estratégias para a mitigação dessas emissões na operação ao longo dos próximos anos; (iii) implementou veículos elétricos para abastecimento em aproximadamente 60% das lojas da Companhia na cidade de São Paulo em 2022; e (iv) tem, desde 2021, mais de 74% das suas vagas ocupadas por mulheres, em continuidade às iniciativas de igualdade de gênero; e (v) realizou em 2022 uma série de workshops e capacitações para seus profissionais.

2.10 Planos de negócios

Assim, em linha com as informações prestadas no item 1.9 deste Formulário de Referência, a Companhia acredita que poderá ampliar seus investimentos e iniciativas de caráter ASG, com uma operação mais sustentável e que resulte em maior eficiência no uso de recursos hídricos e redução da emissão de gases do efeito estufa através de maior transparência em sua cadeia de fornecimento, otimização de seu processo produtivo, melhor gestão de materiais de embalagem e redução da geração de resíduos através da adoção de modelos de economia circular e a formação de líderes mulheres em seus quadros.

Dessa forma, a Companhia entende que existem diversas formas de alcançar seus objetivos ASG, com otimizações tanto de sua cadeia de fornecimento de suprimentos, quanto de suas próprias operações de produção e distribuição. A Companhia acredita que seus esforços recentes evidenciam sua capacidade para, no futuro, continuar o processo de aproveitamento de oportunidades ASG de forma integrada às suas operações.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Política de Destinação de Resultados e Distribuição de Dividendos

Em 31 de julho de 2023, a fim de fortalecer a governança corporativa da Companhia, o seu Conselho de Administração aprovou, e os órgãos aplicáveis da Companhia passaram a observar, a Política de Destinação de Resultados e Distribuição de Dividendos, que estabelece as diretrizes, critérios e procedimentos para a destinação dos resultados de cada exercício social.

A administração da Companhia entende que a aprovação dessa política fortaleça as práticas de governança já adotadas, introduzindo maior grau de padronização e clareza em relação a procedimentos a serem seguidos pelos membros da administração, no exercício de suas respectivas funções.

A política pode ser encontrada no site da CVM e no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.veste.com/governanca-corporativa/politicas/>).

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e não foram comentados em outros itens desta seção 2.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de abril de 2022. A política pode ser encontrada no site da Companhia, em <https://www.veste.com/governanca-corporativa/politicas/>.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo estabelecer as diretrizes, princípios e responsabilidades para a gestão de fatores de riscos inerentes aos negócios da Companhia, de maneira a monitorar e mitigar tais riscos de forma eficaz. A Companhia busca analisar os riscos e definir estratégias para gerenciar os possíveis impactos sobre o seu desempenho, fortalecendo o ambiente de governança corporativa, a aderência aos controles internos e às diretrizes contidas no Código Brasileiro de Governança Corporativa.

(i) os riscos para os quais se busca proteção

De maneira resumida, os principais riscos aos quais a Companhia pode estar exposta e que busca gerir, mitigar e proteger são os descritos abaixo:

- Negócio: riscos relacionados ao ambiente de negócios no qual a Companhia está inserida, ao seu plano de negócios e decisões estratégicas para consecução de seus objetivos, como a possibilidade de não inaugurar lojas com sucesso ou não conseguir manter ou aumentar as vendas de seus produtos;
- Mercado: incertezas em relação às variáveis de mercado, como a flutuação das taxas de juros e de câmbio;
- Crédito: corresponde à possibilidade de as contrapartes da Companhia, tais como instituições financeiras e administradores de cartões de crédito, não honrem suas obrigações e compromissos;
- Liquidez: a possibilidade de a Companhia ser incapaz de honrar seus compromissos e obrigações financeiras nos respectivos vencimentos, ou ainda, de haver restrições no mercado para obtenção de recursos e financiamento para suas atividades;
- Regulatório Legal e Políticos: a necessidade frequente de licenciamentos ambientais, a constante fiscalização regulatória, fiscal, trabalhista e ambiental, bem como a possibilidade de alteração ou criação de normas por órgãos reguladores, incluindo os riscos de mudança política que possam afetar a segurança jurídica e o marco legal aplicável aos negócios da Companhia em cada jurisdição;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Operacional: a possibilidade de perdas resultantes de processos internos inadequados, falhas tecnológicas, erros humanos ou de sistemas, o que inclui ainda os riscos ambientais, sociais ou relacionados a fraudes;
- Reputacional: potencial impacto negativo no valor da Companhia resultante da condução das atividades abaixo das expectativas criadas pelas diversas partes interessadas.
- Cibernético: possibilidade de uma determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

Em relação a cada um dos riscos descritos no item 5.1(b.i) acima, a Companhia possui os seguintes instrumentos e práticas para mitigar os possíveis impactos que pode sofrer decorrentes:

- a) Risco do Mercado: (i) em relação ao risco financeiro, monitoramento da exposição a variações de taxas de juros e avaliação periódica das variações nas taxas de juros e nos índices de atualização; e (ii) em relação à exposição a variações de taxa de câmbio, manutenção de controles da exposição cambial, análise de sensibilidade, realização de operações de proteção (operações de hedge), quando aplicável, com o objetivo de determinar o grau de exposição da Companhia.
- b) Risco de Crédito: (i) com instituições financeiras: monitoramento à exposição do risco de crédito e o enquadramento dos limites estabelecidos para exposição, de acordo com o rating atribuído pelas principais agências especializadas e (ii) operacionais: monitoramento das vendas realizadas por meio de cartão de crédito através de avaliação do rating atribuído aos administradores de cartões de crédito que transacionam com a Companhia. Com relação às demais vendas, a Companhia possui departamento específico que realiza as análises de créditos e define limites individuais, por meio de uma estrutura de alçadas. O departamento de crédito e cobrança monitora periodicamente o nível de inadimplência e são adotadas providências de restrição de crédito e de cobrança.
- c) Risco de Liquidez: o gerenciamento é realizado por meio do monitoramento diário da liquidez e dos fluxos de caixa previstos e reais para garantir a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária. A Companhia também monitora a combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e mantém relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito, quando da necessidade de recursos externos.
- d) Risco Regulatório, Legal e Político: monitoramento contínuo pela Área de Relações com Investidores, áreas jurídica e fiscal e, ainda, por escritórios de advocacia parceiros sobre novas leis e regulamentos a que a Companhia está ou possa vir a estar sujeita.
- e) Risco Operacional: a área de *compliance* realiza o mapeamento de riscos e controles operacionais, com base em estratégias alinhadas pelo Conselho de Administração, efetuando testes e controles internos para assegurar sua eficiência e eficácia. A área de auditoria interna, dentre suas funções, realiza auditoria em operações com foco em estoque e no financeiro.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

f) Risco Reputacional: acompanhamento diário das mídias impressas, eletrônicas, redes sociais, entre outras, além do monitoramento de clientes com potencial de gerar um risco reputacional, propiciando prevenção, detecção antecipada e mitigação de dano, mesmo que potencial, que possa afetar a reputação da Companhia.

g) Risco Cibernético: a Companhia possui plano de não interrupção dos negócios para resposta eficiente em caso de incidentes tecnológicos que impeçam ou dificultem o bom andamento das operações visando proteger suas informações contra diversos tipos de ameaças, minimizando a exposição da Companhia a riscos cibernéticos e garantindo que as características fundamentais da informação sejam preservadas, sendo elas: confidencialidade, integridade, disponibilidade e conformidade.

h) Risco de Negócio: monitoramento constante pela Diretoria da Companhia a riscos relacionados ao ambiente de negócios em que a Companhia está inserida, ao seu plano de negócios e decisões estratégicas para consecução dos seus objetivos sociais, riscos causados por movimentos no ambiente competitivo, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.

Além disso, a Companhia atualmente adota as seguintes práticas, controles e políticas para o acompanhar, medir e gerenciar os riscos aos quais está exposta

- Mapa e matriz de riscos: A Companhia possui um mapa e uma matriz de riscos que contém uma descrição de riscos aos quais ela está sujeita, bem como sua classificação, ações de controle, gráficos e outras informações relevantes necessárias para o monitoramento de tais riscos.
- Política de gerenciamento de riscos: Conforme descrito acima, o objetivo de referida política é uniformizar práticas do gerenciamento de riscos, para minimizar ameaças e incertezas que possam impactar na tomada de decisão, estratégia, resultados e sustentabilidade das operações. A política suporta as áreas de negócio na identificação de vulnerabilidades e no controle de seus processos.
- Código de Conduta e Ética: A Companhia desenvolveu e adota um Código de Conduta e Ética cuja finalidade é transmitir de forma clara os valores, princípios, condutas e diretrizes que devem orientar o comportamento de todos os seus administradores e colaboradores, independentemente do nível hierárquico. O Código de Conduta e Ética procura gerenciar riscos gerais e específicos, na medida em que traz regras relativas a situações de conflito de interesses, relações com órgãos governamentais, padrão de conduta com clientes e fornecedores, práticas anticorrupção, confidencialidade, proteção ao meio ambiente, dentre outras. Todos os administradores e colaboradores da Companhia devem ler o Código de Ética e preencher termo de compromisso e responsabilidade.
- Canal de denúncias: A Companhia possui um canal de denúncias gerenciado por empresa terceirizada para reporte de denúncias e críticas em relação a possíveis condutas que violem o seu Código de Conduta e Ética e/ou a legislação vigente. O chamado "Canal Confidencial" pode ser acessado por telefone e online, por meio de website específico. As denúncias, que podem ser feitas anonimamente, são analisadas primeiramente pela empresa terceirizada e,

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

posteriormente, encaminhadas ao Comitê de Ética formado pela área de Recursos Humanos, Área de Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Presidência da Companhia para apuração e encaminhamento ao Comitê de Auditoria.

- Treinamentos: A Companhia oferece aos seus colaboradores treinamentos envolvendo uma série de temas pertinentes ao desenvolvimento de suas atividades, inclusive conduta e ética.
- Manual do Fornecedor: Para a contratação de terceiros, a Companhia possui um Manual do Fornecedor, que define práticas, políticas, padrões de conduta e comportamentos (em complementação aos exigidos pela lei brasileira e pelo respectivo contrato) a serem observados por seus fornecedores (inclusive empregados e subcontratados), quando em relacionamento direto ou indireto com a Companhia. O Manual do Fornecedor prevê diretrizes relacionadas a práticas trabalhistas, proteção ao meio ambiente, integridade, conflito de interesses, dentre outras. O fornecedor também deve assinar um termo, por meio do qual declara que irá cumprir as disposições do Manual do Fornecedor, e que tem ciência de que violações ao Manual, políticas ou ao Código de Conduta e Ética da Companhia estão sujeitas a medidas disciplinares. Ademais, a Companhia contrata empresa terceirizada para conduzir auditoria formal de seus fornecedores, com o objetivo de verificar o cumprimento de suas obrigações (fiscais, trabalhistas, éticas etc.).
- Termo de identificação de partes relacionadas: A Companhia distribui anualmente termos para todos os seus coordenadores, gerentes e diretores solicitando informações com o objetivo de monitorar potenciais conflitos de interesse e assegurar que todas as transações com partes relacionadas sejam conduzidas de maneira transparente.
- Adoção de medidas disciplinares: Caso seja constatada determinada conduta considerada inadequada, a Companhia adota medidas disciplinares cabíveis, que incluem advertência, suspensão e demissão.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Com o objetivo de fortalecer seu sistema de controles internos e gerenciamento de riscos, a Companhia possui a seguinte estrutura: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretor Presidente, Diretoria Financeira, áreas de Auditoria Interna e de Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada.

Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração:

- Fixar as orientações gerais dos negócios da Companhia e definir o Apetite ao Risco com base nos princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Gerenciamento de Riscos;
- Aprovar, revisar e deliberar sobre a Política de Gerenciamento de Riscos;
- Fiscalizar a gestão das demais estruturas envolvidas no Gerenciamento de Riscos da Política de Gerenciamento de Riscos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Garantir a aplicação da Política de Gerenciamento de Riscos;
- Assegurar autonomia operacional ao Comitê de Auditoria.

Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria:

- Assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções de auditoria no melhor interesse da Companhia;
- Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- Opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- Supervisionar as atividades dos auditores independentes;
- Acompanhar as atividades das áreas de Auditoria Interna, Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos;
- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia;
- Receber e tratar informações reportando o descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com a previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- Recepcionar as atividades realizadas pelas áreas de Auditoria Interna, Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos da Companhia e reportá-las ao Conselho de Administração.

Diretor Presidente – CEO

Compete ao Diretor Presidente:

- Coordenar a ação dos demais Diretores; e
- Dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia.

Diretoria Financeira

Compete à Diretoria Financeira:

- Coordenar a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- Apresentar trimestralmente ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras da Companhia, com os relatórios dos auditores independentes e suas respectivas recomendações;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Administrar a gestão do caixa e operações de tesouraria (aplicações e captações) de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos;
- Validar a carta de controles internos emitida pelos auditores e submetê-la ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração;
- Monitorar e encaminhar as diretrizes para as áreas Contábil, Fiscal e Jurídica.

Área de Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos

Compete à Área de Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos:

- Garantir a conformidade com os requisitos e diretrizes legais;
- Auxiliar na identificação, formalização e avaliação dos Processos, atuando com base nas diretrizes definidas pelo Comitê de Auditoria;
- Verificar a conformidade das Políticas e normas adotadas pela Companhia e atuar em eventuais casos de erro, fraude ou qualquer evento que possa causar danos ao patrimônio e traga algum impacto significativo nas demonstrações financeiras;
- Mapear Riscos e controles operacionais; e
- Verificar e reportar ao Comitê de Auditoria inconsistências ou fragilidades do Controle Interno.

Área de Auditoria Interna

Compete à Área de Auditoria Interna:

- Fiscalizar e monitorar o cumprimento das normas estabelecidas pela área de Compliance;
- Realizar as investigações internas solicitadas pela área de Compliance;
- Propor novas normas com base nas investigações realizadas; e
- Reportar ao Comitê de Auditoria todas as fiscalizações em andamento.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia considera que a sua estrutura operacional e de controles internos, bem como o orçamento reservado às áreas de Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos e Auditoria Interna, se mostram adequados para o cumprimento de suas políticas e para o efetivo mapeamento, acompanhamento e gerenciamento dos riscos aos quais está exposta.

5.2 Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia possui uma estrutura de controles internos alinhados à sua estrutura organizacional, conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

O registro das operações de vendas realizadas pela Companhia é efetuado por um sistema integrado de gestão empresarial e planejamento de recurso corporativo transacional, denominado Linx, que em conjunto com o sistema Virtual Age para manufaturas e o sistema Sênior para folha de pagamento, captura o processamento das transações da Companhia. Esses recursos possibilitam à Companhia integrar todos os seus dados e processos em um único sistema.

Com relação à realização de pagamentos por produtos ou serviços, é necessário que um pedido de compra aprovado pelas alçadas pertinentes seja inserido no sistema integrado da Companhia. Quando do recebimento da nota fiscal, é realizada comparação de tal documento com o pedido de compra para verificação de regularidade e registro no sistema da Companhia.

A Companhia possui uma estrutura de Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos que avalia os processos críticos e atua com base nas diretrizes de governança corporativa, verificando sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia. Eventuais casos de erro, fraude ou qualquer evento que possa causar danos ao patrimônio da Companhia e/ou tragam algum impacto significativo nas demonstrações financeiras também são monitorados.

A Companhia realiza mapeamento de riscos e controles operacionais, com base em estratégias alinhadas com a Administração. A Companhia dispõe dos seguintes elementos básicos utilizados para a manutenção e monitoramento da adequação de seus níveis de controles internos:

- Auditoria interna dos ciclos operacionais da Companhia
- Auditoria em operações de loja (com foco em estoque e financeiro);
- Desenvolvimento de indicadores de risco para processos críticos;

5.2 Descrição dos controles internos

- Realização de treinamentos de colaboradores; e
- Estruturação de políticas e procedimentos para processos operacionais relevantes e contagens físicas independentes.

Ademais, conforme indicado no item 5.1(b)(ii) acima, de forma complementar às práticas de controle interno acima citadas, a Companhia adota um canal confidencial para denúncias, que a auxilia na identificação de comportamentos não alinhados com a sua estratégia, visando à correção imediata de eventuais desvios e à prevenção a possíveis transgressões éticas, a exemplo de fraudes e corrupção.

Ainda, a Companhia conta com um Comitê de Auditoria responsável por revisar e encaminhar para aprovação do Conselho de Administração: demonstrações financeiras, carta de controles internos, pareceres e relatórios de revisão dos auditores externos. O Comitê de Auditoria também revisa e monitora os trabalhos realizados pelas áreas de Auditoria Interna, Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos da Companhia.

Com relação às demonstrações financeiras, cada departamento da Companhia é responsável por realizar suas próprias conciliações e enviá-las a Contabilidade. Posteriormente, as informações são revisadas pelo departamento de Contabilidade, controladoria, pela Diretoria Financeira, e então pelo Diretor Presidente, sendo os resultados submetidos mensalmente ao Conselho de Administração, que os discute através de reuniões presenciais. Os resultados são trimestralmente revisados por auditores externos, submetidos ao Comitê de Auditoria e, por fim, apresentados ao Conselho de Administração para aprovação.

A Administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter um controle interno capaz de gerar as suas demonstrações financeiras livres de distorções relevantes.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretor Presidente, Diretoria Financeira e áreas de Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos e Auditoria Interna, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme descrito no item 5.2(a) acima.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Administração da Companhia, em especial seu Conselho de Administração e Diretoria Financeira, com assessoramento do Comitê de Auditoria, é responsável por estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras, verificar se operações estão em conformidade com as políticas e/ou regras definidas; monitorar permanentemente o cumprimento às leis, normas e regulamentos; e auxiliar os controles relacionados às demonstrações financeiras e à gestão.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5.2 Descrição dos controles internos

O relatório de recomendações emitido pela KPMG Auditores Independentes sobre os controles internos da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, identificou uma deficiência de controle tida como significativa relacionada ao ambiente de Tecnologia da Informação (T.I.), onde são registradas as operações da Companhia a saber: (i) Deficiência de controles de gerenciamento de mudanças a programa de dados, conforme descrito abaixo:

Situação observada

Identificamos que a Companhia não possui versionamento do controle de mudanças do sistema LINUX, ou seja, as migrações feitas para o ambiente produtivo não geram um log completo e preciso. Portanto, não há evidência quanto aos aspectos de C&A (completeness & accuracy) relativos ao controle.

Implicações e riscos

A ausência de conforto no C&A pressupõe falta de evidência adequada para se comprovar a efetividade operacional do controle.

Recomendação

Implementar um controle de versionamento no ambiente produtivo, de modo que todas as migrações realizadas para o sistema sejam registradas cronologicamente.

Adicionalmente, a KPMG identificou outras deficiências de controle, consideradas como não significativas, de natureza contábil, fiscal e relacionadas a aspectos tecnológicos.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Deficiência de controles de gerenciamento de mudanças a programa de dados

A Administração entende que atualmente mitiga esse risco através de um controle de versões manual, através de abertura de chamados e *backup* de versões anteriores em diretório de rede, uma vez que a ferramenta LINUX não possui um controle automatizado de versionamento.

5.3 Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia atua em conformidade com as leis relacionadas aos seus negócios e mantém um compromisso ético na realização de cada uma das suas atividades. A Companhia possui um Código de Conduta e Ética, aprovado por seu Conselho de Administração em 28 de abril de 2022, e um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta, não conformidades legais, fraudes e corrupção.

A Companhia possui uma estrutura organizacional de gerenciamento de riscos, conforme descrita no item 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência, que busca mapear, avaliar, gerenciar e remediar os riscos aos quais a Companhia está sujeita, incluindo o cometimento de fraudes e ilícitos contra a administração pública.

As áreas de Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos e Auditoria Interna realizam avaliações periódicas dos temas a seguir relatados, de maneira independente e conforme as necessidades identificadas por cada área, submetendo suas conclusões e recomendações à administração da Companhia, conforme aplicável:

- Mapa e matriz de riscos: A Companhia possui um mapa e uma matriz de riscos, elaborada pelas áreas de Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos, que contém uma descrição de riscos aos quais ela está sujeita, bem como sua classificação, ações de controle, gráficos e outras informações relevantes necessárias para o monitoramento de tais riscos.
- Código de Conduta e Ética: A Companhia desenvolveu e adota um Código de Conduta e Ética cuja finalidade é transmitir de forma clara os valores, princípios, condutas e diretrizes que devem orientar o comportamento de todos os seus colaboradores, independentemente do nível hierárquico. O Código de Conduta e Ética procura gerenciar riscos gerais e, também, específicos, na medida em que traz regras relativas a situações de conflito de interesses e influências, relações com órgãos governamentais, padrão de conduta com clientes e fornecedores, práticas anticorrupção e antissuborno, confidencialidade, proteção ao meio ambiente, dentre outras. O Código de Conduta e Ética é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, inclusive seus administradores, e os quais devem preencher termo de compromisso e responsabilidade, que é arquivado em seu prontuário.
- Canal de denúncias: A Companhia possui um canal de denúncias gerenciado por empresa terceirizada para reporte de denúncias e críticas em relação a possíveis condutas que violem o seu Código de Conduta e Ética e/ou a legislação vigente. O chamado "Canal Confidencial" pode ser acessado por telefone e online, por meio de website específico. As denúncias, que podem

5.3 Programa de integridade

ser feitas anonimamente, são analisadas primeiramente pela empresa terceirizada e, posteriormente, encaminhadas ao departamento de Recursos Humanos e Presidência da Companhia para apuração e encaminhamento.

- Treinamentos: A Companhia oferece aos seus colaboradores treinamentos envolvendo uma série de temas pertinentes ao desenvolvimento de suas atividades, inclusive conduta e ética. A Companhia arquiva os materiais utilizados nos treinamentos.
- Manual do Fornecedor: Para a contratação de terceiros, a Companhia possui um Manual do Fornecedor, que define práticas, políticas, padrões de conduta e comportamentos (em complementação aos exigidos pela lei brasileira e pelo respectivo contrato) a serem observados por seus fornecedores (inclusive empregados e subcontratados), quando em relacionamento direto ou indireto com a Companhia. O Manual do Fornecedor prevê diretrizes relacionadas a práticas trabalhistas, proteção ao meio ambiente, integridade, conflito de interesses, dentre outras. O fornecedor também deve assinar um termo, por meio do qual declara que irá cumprir as disposições do Manual do Fornecedor, e que tem ciência de que violações ao Manual, políticas ou ao Código de Conduta e Ética da Companhia estão sujeitas a medidas disciplinares. Ademais, a Companhia contrata empresa terceirizada para conduzir auditoria formal de seus fornecedores, com o objetivo de verificar o cumprimento de suas obrigações (fiscais, trabalhistas, éticas etc.).
- Adoção de medidas disciplinares: Caso seja constatada determinada conduta considerada inadequada, a Companhia adota medidas disciplinares cabíveis, que incluem advertência, suspensão e demissão.

Em 31 de julho de 2023, a fim de fortalecer a governança corporativa da Companhia, o Conselho de Administração aprovou uma Política Anticorrupção, estabelecendo as principais diretrizes e o posicionamento da Companhia quanto ao repúdio e combate a todas as formas de condutas corruptas, tais como suborno, desvios e concessões de vantagens indevidas, assim como a ocultação ou dissimulação desses atos e o impedimento às atividades de investigação e fiscalização. A referida política pode ser consultada no site da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>) e no site de relações com investidores da Companhia (<https://www.veste.com/governanca-corporativa/politicas/>) ("Política Anticorrupção").

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita no item 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

5.3 Programa de integridade

O Código de Conduta e Ética da Companhia aplica-se a todos os seus administradores e colaboradores, bem como aos seus fornecedores de matérias primas e produtos acabados.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Caso seja constatada determinada conduta considerada inadequada, a Companhia adota medidas disciplinares cabíveis, que incluem advertência, suspensão e demissão, conforme previsto em seu Código de Conduta e Ética.

Está previsto na Política Anticorrupção, por sua vez, que colaboradores, fornecedores ou outros *stakeholders* que observarem quaisquer desvios às diretrizes da política, poderão relatar o fato ao Canal Confidencial, podendo ou não se identificar. Internamente, o não cumprimento das diretrizes da política enseja a aplicação de medidas de responsabilização dos agentes que a descumprirem, conforme a respectiva gravidade do descumprimento.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta e Ética da Companhia foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de abril de 2022. O Código está disponível para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de relações com investidores da Companhia (veste.com).

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui canal de denúncias administrado por empresa especializada, sendo as informações captadas direcionadas para área de tratamento pertinente.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias é aberto para o recebimento de denúncias de empregados e de terceiros através dos seguintes meios:

- Link “Canal Confidencial” no Portal Corporativo, para colaboradores da Companhia;
- Através do telefone 0800-721-0749, de segunda a sexta das 09h às 17h; e
- Acessando o site: <https://www.canalconfidencial.com.br/veste/>

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Considerando que o canal de denúncias é administrado por empresa especializada, é assegurado o sigilo e anonimato dos denunciante, de forma que o denunciante não é identificado quando do recebimento da denúncia pela área competente, reforçando a cultura de transparência e da boa-fé.

5.3 Programa de integridade

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As áreas de Recursos Humanos e Jurídica da Companhia são responsáveis pela apuração e propositura das medidas corretivas às infrações ao presente Código, encaminhando à administração da Companhia para as devidas providências, sempre que necessário.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não verificou casos confirmados de fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais. Para os fins deste item, consideram-se confirmados os casos qualificados como procedentes após a finalização do trâmite de apuração detalhado no item 4.2 do Código de Conduta da Companhia, conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência, e observado o previsto na Política Anticorrupção.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adotou regras, procedimentos ou práticas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Item não aplicável, tendo em vista que não ocorreram modificações significativas no último exercício social nos principais riscos de mercado aos qual a Companhia está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Com o propósito de gerenciar riscos de ataques cibernéticos a seus sistemas e bancos de dados, a Companhia possui uma prática de evolução contínua de segurança da informação e de proteção a *ransomware*, que é considerada como prioritária em sua estrutura de governança e controles internos. Essa prática contempla investimentos em tecnologia e na contratação de empresas e consultorias especializadas, bem como a conscientização de pessoas, colaboradores ou não, contra tais riscos. Para mais informações acerca dos referidos riscos que a Companhia busca gerenciar, vide fatores de risco "A Divulgação não autorizada de informações dos consumidores por meio da violação dos nossos sistemas de computadores ou de outra forma pode afetar negativamente nossa reputação." e "Falhas na proteção de dados pessoais podem afetar a Companhia de forma adversa.", consultar o item 4.1 desse Formulário de Referência.

No contexto da prática acima descrita, a Companhia monitora de forma ativa e preventiva ambientes tecnológicos, efetuando testes de invasão recorrentes (*pentests*). Adicionalmente, atua no monitoramento de informações do negócio, de seus executivos, colaboradores e clientes em redes como *deep web/darkweb*.

Quanto à conscientização a respeito de riscos cibernéticos, a Companhia realiza continuamente testes de *phishing*, comunicação e treinamentos com "gamificação", com acompanhamento de indicadores e resultados.

Entre as principais parceiras especializadas em cibersegurança contratadas pela Companhia estão a Assessment IT, a Web Defender, a KnowBe4, a One Linea e a ISH Tecnologia, conforme serviços destacados a seguir:

SOC (Security Operations Center)

Serviço prestado pela empresa ISH Tecnologia, conduzido por um "Blue Team" (equipe de defesa), um "Red Team" (equipe de teste de penetração), um "Hunt Team" (equipe de detecção de ameaças) e um time de operações (equipe de resposta a incidentes), trabalhando em conjunto para monitorar, analisar e responder a ameaças em tempo real e 24 horas por dia.

Tenable I.O

Solução contratada junto à empresa ISH Tecnologia, utilizada para identificar e gerenciar vulnerabilidades em sistemas e redes. O sistema realiza varreduras periódicas em toda a infraestrutura de TI da Companhia, em busca de falhas de segurança.

EMDR Sentinel One

Solução, contratada junto à empresa ISH Tecnologia, de proteção avançada contra *malware* e ameaças cibernéticas, que utiliza inteligência artificial para detectar e responder a ataques em tempo real.

Mantis Threat Intelligence

Solução, contratada junto à empresa ISH Tecnologia, que fornece informações sobre ameaças cibernéticas atuais e tendências no cenário de segurança da informação. A ferramenta realiza varreduras

5.5 Outras informações relevantes

em fóruns hackers na *deep/darkweb*, fornecendo informações importantes sobre possíveis vazamentos de credenciais.

Securiti.a.i

Solução de compliance, contratada junto à empresa ISH Tecnologia, com foco na lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD), ou seja, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, conforme alterada, e em segurança de dados.

Firewall

Solução, contratada junto à empresa One Linea, que permite visualizar e filtrar o tráfego de acessos aos sistemas da Companhia. O *firewall* também desacelera o avanço de eventuais ameaças que entrem nos sistemas da Companhia, por bloquear boa parte do tráfego malicioso. Essa solução é útil tanto na proteção contra ameaças externas, quanto contra acessos a dados sensíveis, que podem ser isolados dentro do próprio sistema da Companhia e seguir regras para serem removidos. Por fim, o *firewall* é útil no monitoramento do uso da internet, na prevenção contra-ataques por meio de engenharia social.